

**A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS COMO ELEMENTO CURRICULAR NA
CRECHE: FORMAS SILENCIOSAS DE EDUCAR E CUIDAR...**

**THE ORGANIZATION OF SPACES AS A CURRICULAR ELEMENT IN THE
CRECHE: SILENT FORMS OF EDUCATION AND CARE...**

**LA ORGANIZACIÓN DEL ESPACIO COMO UN ELEMENTO CURRICULAR EN
VIVERO: FORMAS SILENTES DE EDUCAR Y CUIDADO...**

**Luciane Pandini-Simiano*

RESUMO: O texto tem por foco refletir sobre a organização dos espaços como um elemento curricular na creche. Para tanto, apresenta-se elementos de uma pesquisa etnográfica em nível de mestrado em educação, realizada em uma creche pública situada na região sul de Santa Catarina. Como problema de pesquisa tem-se: Quais as relações entre as configurações espaciais e a organização curricular na ação docente com bebês? Como resultado, o espaço investigado reflete a injusta estrutura social brasileira: há carência significativa de mobiliários, equipamentos e brinquedos adequados para educar e cuidar de bebês. No âmbito das ocupações e da organização dos espaços a singularidade dos bebês ganha pouca visibilidade, não sendo considerando suas múltiplas expressões e saberes infantis. Acreditamos que tais materialidades e con(tra)dições revelam a precariedade deste espaço em particular e, sobretudo, a pouca visibilidade dessa discussão como um elemento curricular na creche.

PALAVRAS-CHAVES: Creche; bebê; currículo; ação docente; espaço.

INTRODUÇÃO

Historicamente, as creches foram consideradas como espaço de guarda e cuidado das crianças pequenas enquanto suas mães trabalhavam. Nas últimas décadas, este papel foi questionado à medida que a educação infantil passa a ser um direito, um campo de pesquisas e reflexões. Uma nova configuração que implica concepções diferenciadas: Quais as funções de uma creche para crianças bem pequenas? O que esperamos destes espaços? Quais as relações entre as configurações espaciais e a organização de um currículo para e com bebês? O presente texto aborda tais temáticas, ao focar na organização dos espaços da creche como um componente curricular na /da ação docente. A partir da legislação educacional brasileira e do diálogo entre áreas tais como arquitetura, geografia e pedagogia, ressalta-se a importância da materialidade do espaço enquanto um elemento curricular da ação educativa. O prédio, o mobiliário, os objetos e a organização do espaço potencializam ou limitam o cuidado e a

*Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. Professora do quadro permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina- UNISUL. E-mail: lucianepandini@gmail.com. Endereço: Avenida José Acácio Moreira, 787. Dehon- Caixa Postal 370 CEP: 88704-900- Tubarão- SC. Fone: (048) 3621 3168. E-mail: lucianepandini@gmail.com.

educação dos bebês, pois correspondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende.

A legislação educacional brasileira possui um conjunto de documentos orientadores e sublinha o direito ao espaço adequado e de qualidade. Na educação infantil, a infraestrutura é elemento fundamental. Consideramos, então, que o espaço educa, expõe ideias, externaliza mensagens. Como recurso argumentativo, apresentar-se-ão aspectos de uma dissertação de mestrado em educação. O material empírico, tomado como *locus* de indagação e análise, faz parte dos registros de um estudo de inspiração etnográfica. A pesquisa contemplou uma creche pública municipal situada na região sul do estado de Santa Catarina. Este espaço de educação coletiva abriga crianças de zero a cinco anos em período integral, desde os 45 dias de vida. O enfoque privilegiado de análise é a sala do berçário I, habitada por um grupo de 10 bebês (cinco meninas e cinco meninos) com idade entre quatro a 18 meses e quatro adultos, duas professoras e duas auxiliares. Como perguntas norteadoras têm-se: Quais são as configurações físicas privilegiadas para o atendimento de bebês? Como têm sido pensados, planejados e construídos os espaços para se viver a infância na creche? Quais as relações entre as configurações espaciais e a organização curricular na ação docente com bebês? Sustenta-se que o espaço destinado aos bebês é parte integrante do currículo e daí a importância de estudos que ofereçam visibilidade para tal questão.

SOBRE O ESPAÇO: UM DIÁLOGO ENTRE AS DIFERENTES ÁREAS

Em seu significado léxico o espaço é definido como:

1. Distância entre dois pontos; área ou volume entre limites determinados. 2. Lugar mais ou menos bem delimitado, que pode ser ocupado por algo ou por alguém, ou ser usado para certo fim. 3 Extensão contínua e indefinida na qual as coisas existem e se movem. 4. O universo; a extensão onde existem o sistema solar, as estrelas e as galáxias. 5 Período ou intervalo de tempo. (FERREIRA, 2008, p. 368).

Espaço: Distância. Limite delimitado. Extensão. Área e volume. A busca pela compreensão desse termo não se dá apenas ao emprego gramatical correto. Essa compreensão encaminha para reflexões importantes que envolvem os significados na relação do homem com o espaço que o cerca.

Para a geografia, que tem como objeto de estudo as relações dos seres humanos com o seu espaço de vivência, espaço está relacionado à estrutura física e material, ao que pode ser medido, ocupado, pensado e projetado (TUAN, 1983).

Santos (2002, p. 45) amplia esse conceito ao afirmar que espaço é “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Pode ser compreendido como algo físico, porém não pode ser naturalizado, pois é construído na relação do homem com a paisagem natural. Para o autor, não se pode pensar o espaço e os objetos que o compõe sem levar em consideração os processos que ocasionaram sua forma. Podemos dizer que o homem é quem dá sentido ao espaço, quem anima as formas espaciais atribuindo-lhes um conteúdo.

O espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem tivessem vida própria, podendo assim, explicarem por si mesmos. [...] Só por sua presença, os objetos técnicos não têm outro significado senão o paisagístico. Mas eles aí estão em disponibilidade, à espera de um conteúdo social. (SANTOS, 2002, p. 105).

O espaço pode ser compreendido como síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Provisória porque ele não é dado, pronto, acabado, mas algo que pode ser modificado ao longo da relação que o homem estabelece com ele. O espaço possui materialidade, veiculando conteúdos socialmente construídos através dele.

A obra pioneira da arquiteta Mayumi Souza Lima, (1981, p.64), *A criança e a cidade* corrobora com a discussão acima. Ao destacar os conteúdos e as relações de poder veiculadas nos espaços das instituições públicas de São Paulo nas décadas de 50 e 60, a autora afirma que “não há espaço vazio, nem de matéria nem de significado; nem há espaço imutável”

Lima (1981) descreve o quanto o espaço físico das escolas, padronizado na planta arquitetônica e na forma de organização das salas, é revelador. A autora cita exemplos de como a forma das carteiras em fila revela a indicação de um único centro de poder: o professor. A largura dos corredores e escadas demonstra e favorece a entrada e saída das crianças em filas; as pequenas aberturas para o espaço externo da escola revelam o desejo de impedir que as crianças se “distraiam” com o mundo externo; os visores retangulares de vidro nas portas das salas à altura dos olhos dos adultos favorecem a vigília; entre outras formas de organização do espaço que comunicam as relações de poder estabelecidas.

Viñao Frago e Escolano (1998, p. 26) apresentam o espaço como um elemento significativo do currículo, uma forma silenciosa de ensino.

O espaço escolar é também por si mesmo um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem, sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos.

Podemos afirmar que os elementos que constituem o espaço escolar - localização, traçado arquitetônico, os objetos, organização, a decoração interior e exterior - não são neutros. A materialidade expressa um conjunto de padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende.

O ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A RELAÇÃO COM O FAZER DOCENTE

A discussão do espaço da sala enquanto um elemento curricular que configura um determinado tipo de pedagogia e que condiciona determinadas dinâmicas de trabalho ganha relevo, atualmente, no âmbito das políticas e pesquisas da educação infantil. Cantinhos como o da boneca, da biblioteca, do supermercado, do consultório médico, dentre outros, buscam possibilitar escolhas individuais e grupais que favoreçam a autonomia das crianças que já não dependem constantemente da intervenção direta do educador. Essa forma de organização procura quebrar o paradigma inspirado no modelo escolarizante de classes alinhadas, umas atrás das outras, de móveis fixos, de armários chaveados pelo(a) professor(a).

A Itália, em especial a Região de Régio Emilia, hoje considerada no cenário mundial como referência na educação infantil, é pioneira na forma de conceber a organização dos espaços como fundamentais, constituindo-se em um dos princípios de sua proposta. Para Gallardini (1996 apud GUIMARÃES; LEITE, 1999, p. 13):

[...] o espaço voltado para as crianças traduz a cultura da infância, a imagem da criança, dos adultos que o organizaram; é uma mensagem do projeto educativo concebido para aquele grupo de crianças. Por isso, o valor educativo do espaço como um outro educador.

Para Loris Malaguzzi, um dos idealizadores da experiência em Reggio Emilia, o espaço reflete a cultura das pessoas que nele vivem, seus hábitos, valores, costumes e tradições. Nas suas palavras:

Valorizamos o espaço devido ao seu poder de organizar, de promover relacionamentos agradáveis entre pessoas de diferentes idades, de criar ambientes atraentes, de oferecer mudanças, de promover escolhas e atividades, e o seu potencial para iniciar toda a espécie de aprendizagem social, afetiva e cognitiva. Tudo isso contribui para uma sensação de bem-estar e segurança nas crianças. Também pensamos que o espaço deve ser uma espécie de aquário que espelhe as idéias, atitudes e valores das pessoas que vivem nele. (MALAGUZZI, 1984 apud GANDINI, 1999 p. 157).

Essas observações sobre a organização dos espaços na educação infantil não são únicas. Alguns pesquisadores brasileiros têm destacado a importância de observar esse aspecto. Pesquisas de Carvalho e Rubiano (1994), Forneiro (1998), Barbosa e Horn (2001) apontam a necessidade de se pensar o espaço das instituições de educação infantil não como pano de fundo e sim como parte integrante da ação pedagógica. É preciso considerar o número de crianças, a faixa etária, as características do grupo e, sobretudo, “o entendimento de que a sala de aula não é propriedade do educador e que, portanto deverá ser pensada e organizada em parceria com o grupo de alunos e com os educadores” (BARBOSA; HORN, 2001, p. 76).

Carvalho e Rubiano (1994) dizem que todos os espaços que compõem a educação infantil precisam pautar sua organização nas crianças e indicam cinco funções que consideram essenciais ao pensar a organização desses espaços:

1. promover identidade pessoal: os espaços são objetos importantes para o desenvolvimento da identidade das crianças. A identidade pessoal está intimamente ligada à noção de identidade de lugar, construída através de relações humanas que compartilham memórias, crenças, valores, idéias, preferências e significados partilhados pelas pessoas que o habitam.
2. promover o desenvolvimento de competência: o ambiente deve ser planejado para dar oportunidade de as crianças exercerem autonomia para a satisfação de suas necessidades.
3. promover oportunidade de crescimento: oportunizar às crianças a vivência de situações em ambientes ricos e variados que possibilitem explorações e descobertas variadas, auxiliando no seu desenvolvimento social, cognitivo e motor.
4. promover a sensação de segurança e confiança: sentir-se segura e confiante são aspectos essenciais que permitem à criança explorar o ambiente.
5. promover oportunidades de contato social e privacidade: os ambientes precisam oportunizar às crianças momentos de escolhas, em que possa explorar seus sentimentos, descansar e ficar só. E outros que privilegiem o contato social e os encontros com grupos de crianças e adultos.

O espaço da creche, neste trabalho, é entendido como o físico, o material, que pode ser pensado, projetado e planejado. O espaço não é cindido do tempo e das pessoas, pois: “É formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no

qual a história se dá.” (SANTOS, 1982, p. 47). Assim, o espaço da creche é resultado da relação entre a materialidade dos objetos que o compõe e os sujeitos (adultos e crianças) que o animam e transformam. Dessa forma, partimos do pressuposto de que a forma como planejamos e organizamos os espaços coletivos de educação e cuidado dos bebês não são neutras, pois revelam uma intenção pedagógica e, ao mesmo tempo, podem nos relevar as concepções que os adultos têm sobre os bebês.

O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS LEGAIS SOBRE O ESPAÇO DA CRECHE?

Relativo à legislação educacional brasileira, observamos um conjunto de documentos que orientam os padrões de infraestrutura nas instituições de Educação Infantil¹.

Para a Lei 9.394/96, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (BRASIL, 1996), parte dos recursos públicos deve ser utilizado na “aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino” (alínea IV do artigo 70). Nesse documento, observa-se apenas uma preocupação com os espaços físicos no que diz respeito à manutenção e construção de instalações.

Nos Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 1998a, p. 83), houve uma mobilização para que se considerassem, para além da construção do espaço arquitetônico, os usos que adultos e crianças fazem desses: “Sejam creches, pré-escolas, parques infantis, etc., em todas as diferentes instituições de Educação Infantil [...], o espaço físico expressará a pedagogia adotada”. Nota-se a intenção de pensar na não neutralidade dos espaços.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL, 1998b, p. 83) define que o “ambiente físico deva ser arranjado de acordo com as necessidades e as características dos grupos de criança”. Tal preocupação é justificada, pois:

A qualidade e a quantidade da relação criança–criança, adulto-criança, dos objetos, dos brinquedos e dos móveis presentes no ambiente dependem do tamanho das crianças e podem se transformar em **poderosos instrumentos de aprendizagem**. (BRASIL, 1998b, p. 83, grifo nosso)

¹A organização dos documentos que são mencionados abaixo foi retirada do documento Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil. (BRASIL, 2006).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1999), o espaço físico aparece junto às propostas pedagógicas como um dos elementos que possibilitam a implantação e melhoramento das diretrizes. (art. 3º, VII).

Já as Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2000) enfatizam aspectos referentes à: localização, acesso, segurança, meio ambiente, salubridade, saneamento, higiene, tamanho, luminosidade, ventilação e temperatura, de acordo com a diversidade climática regional, afirmando ainda que os espaços internos e externos deverão atender às diversas funções da instituição de Educação Infantil.

Em 2001, com a aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2001) colocam-se critérios e parâmetros de qualidade para os espaços físicos da Educação Infantil. Nesse Plano, destacam-se dez itens que estão relacionados à questão do espaço. Interessante observar que esse documento está em consonância com as diretrizes.

A Meta nº 2 destaca:

Padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições (creches e pré-escolas) públicas e privadas, que, respeitando as diversidades regionais assegurem o atendimento das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:

- a) espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;
- b) instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;
- c) instalações para preparo e/ou serviços de alimentação;
- d) ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da Educação Infantil, incluindo repouso, expressão livre, movimento e brinquedo;
- e) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;
- f) adequação às características das crianças especiais. (BRASIL, 2001, p. 61).

A Meta nº 3 estabelece que as instituições públicas e privadas de educação infantil, para funcionarem precisam atender aos requisitos de infraestrutura da segunda meta.

Na Meta nº 4 afirma que as instituições em funcionamento deverão fazer uma adaptação em seus prédios, de modo que, até 2006, “todos estejam conformes aos padrões de infraestrutura estabelecidos”.(BRASIL, 2001, p. 62).

A Meta nº 18 estabelece “adotar, progressivamente, o atendimento em tempo integral para as crianças de 0 a 6 anos”. Por isso, torna-se necessário repensar a organização do espaço considerando-se as várias atividades de cuidado e educação e a variedade de situações e atividades a serem oferecidas às crianças tendo em vista o tempo de permanência delas na instituição.

O Documento Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006a) propõe “incorporar metodologias participativas que incluam as necessidades e os desejos dos usuários, a proposta pedagógica e a interação com as características ambientais” Dentre as necessidades dos usuários, destaca-se, também, uma preocupação com ambientes planejados para assegurar acessibilidade às pessoas com necessidades especiais, sejam elas crianças, professores, funcionários ou membros da comunidade. Esse documento valoriza a colaboração entre o professor e as crianças na organização dos espaços. O professor, nesse sentido, deverá incorporar em suas propostas pedagógicas “os valores culturais das famílias, fazendo-o de modo que as crianças possam resignificá-los e transformá-los.” (BRASIL 2006b).

O documento mais recente que temos na área são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. (BRASIL, 2009, p 07), onde encontramos:

As instituições de Educação Infantil devem tanto oferecer espaço limpo, seguro e voltado para garantir a saúde infantil quanto se organizar como ambientes acolhedores, desafiadores e inclusivos, plenos de interações, explorações e descobertas partilhadas com outras crianças e com o professor. Elas ainda devem criar contextos que articulem diferentes linguagens e que permitam a participação, expressão, criação, manifestação e consideração de seus interesses.

Pode-se perceber, nos dois últimos documentos (BRASIL, 2006; BRASIL, 2009), uma preocupação para além dos pressupostos arquitetônicos e higienistas. Esses documentos apontam para a criação de contextos que possibilitem a acolhida, o desafio, a exploração, a participação e expressão de crianças e adultos que partilham e comungam o mesmo espaço.

O espaço (projetado, planejado) não garante tais relações, porém potencializa a construção de um lugar para os bebês viverem sua infância em plenitude. O espaço pode agradar aos olhos dos adultos mas, muitas vezes, pode carecer da personalidade dos bebês que o habitam. Há instituições que parecem limpas, ávidas e com estruturas modernas, porém sente-se falta de marcas pessoais, simbólicas e singulares do grupo que por elas é habitado.

UM OLHAR SOBRE A MATERIALIDADE DOS ESPAÇOS EM UMA SALA DE BEBÊS: SOBRE VAZIOS, BRANCOS E BRANCURAS...

O material empírico, aqui tomado como *locus* de indagação e análise, faz parte dos registros de um estudo de inspiração etnográfica. A pesquisa, contemplou uma creche pública municipal situada na região sul do estado de Santa Catarina. Como enfoque privilegiado de

análise, a sala do berçário I, habitada por um grupo de 10 bebês (5 meninas e 5 meninos) com idade entre 4 meses à 18 meses e quatro adultos, duas professoras e duas auxiliares.

Ao chegar à sala dos bebês, deparamo-nos com uma composição física constituída por chão de material emborrachado cinza, teto de cimento queimado sem forro. As paredes são compostas por blocos de cimento pintados de branco e divisórias que servem como parede para separar o banheiro da sala. Em uma das paredes, é possível observar duas janelas basculantes. Concebendo a arquitetura da sala como “um programa invisível e silencioso” (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 47), consideramos importante tecer algumas considerações sobre este aspecto.

De acordo com os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil, os espaços para crianças de 0 a 1 ano devem ser concebidos “como local voltado para o cuidar e o educar dessas crianças, favorecendo seu desenvolvimento.” (BRASIL, 2006b, p. 10). Para isso, propõe que os espaços dos bebês sejam compostos pela seguinte estrutura: uma sala de repouso, uma sala de atividades, um fraldário, um lactário e um solário. Ao observamos a planta baixa da instituição e fazermos um recorte da sala dos bebês, é possível verificar que embora os espaços estejam previstos na legislação eles não foram contemplados na instituição pesquisada. Ao adentrarmos à sala, observamos uma única sala para as atividades, repouso, alimentação, trocas de fraldas e um pequeno banheiro com apenas uma pia e um tanque de lavar roupa que serve como local para banhar os bebês

O documento do MEC-COEDI (1995), Critérios para um Atendimento em Creches e Pré-Escolas que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças, de autoria de Maria Malta Campos e Fulvia Rosemberg, foi reeditado em 2009, e contém princípios relacionados às dimensões físicas e culturais que devem ser considerados nas instituições de educação infantil, quais sejam:

Nossas crianças têm direito à brincadeira; Nossas crianças têm direito à atenção individual; **Nossas crianças têm direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante**; Nossas crianças têm direito ao contato com a natureza; Nossas crianças têm direito à higiene e à saúde; Nossas crianças têm direito a uma alimentação sadia; Nossas crianças têm direito a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão; Nossas crianças têm direito ao movimento em espaços amplos; Nossas crianças têm direito à proteção, ao afeto e à amizade; Nossas crianças têm direito a expressar seus sentimentos; Nossas crianças têm direito a uma especial atenção durante o seu período de adaptação à creche; Nossas crianças têm direito a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa. (BRASIL, 2009, p.12, grifo nosso)

Nesse documento, encontramos indicações de como deve ser o espaço da creche: um lugar de vivência dos direitos das crianças. Kramer (2000, p. 2) diz que desde a Constituinte de 1988, as Constituições Estaduais, as Leis Orgânicas dos Municípios, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional asseguram o direito de todas as crianças a creches e pré-escolas de qualidade. “Mas tanto em termos *quantitativo quanto qualitativo* esse direito legal está longe de ser realidade, embora haja consenso quanto à sua importância.”

Na sala do berçário, é possível observar na parede a predominância do branco, com exceção de três painéis. O primeiro, localizado na parede à direita da sala, retrata três patinhos e algumas flores feitos de EVA. O segundo, localizado na mesma parede, é um painel com as mesmas figuras acompanhadas de plaquinhas que indicam a data de nascimento das crianças. E há ainda um terceiro painel na porta de entrada, sem figuras, apenas contendo horários de parque, vídeo e café das professoras, assim como algumas dicas para alimentação das crianças, tal documento enviado pela prefeitura.

Os dois primeiros painéis parecem ser destinados às crianças. Ao me apresentar à sala, a professora fala a respeito deles: “Estes painéis foi eu que fiz durante minhas férias para receber os bebês. Me deu um trabalhão!” (Diário de campo).

Pode-se notar que há um esforço da professora em configurar um espaço de bebês. Embora haja intenção, os painéis foram fixados na altura dos adultos, não permitindo o acesso do bebê que visualizam, apenas, o branco predominante das paredes.

Nenhuma marca dos bebês nas paredes da sala foram registradas. Assim como Agostinho (2003, p. 53), acreditamos que “as paredes falam, pulsam, revelam o que está sendo vivido na creche.” Então perguntamo-nos: Que mensagens estas paredes comunicam aos bebês? O que elas contam sobre suas experiências nesses espaços?

Brancura. Olhando para as paredes, sente-se um imenso vazio. Lima (1989, p. 62) coloca que “se persiste a ideia de que a escola para ser considerada limpa tem de ostentar paredes, janelas e portas sem marcas das crianças”. O branco parece ainda fazer parte do modo de relações com os bebês marcado por um viés higienista da puericultura. Cria-se uma creche onde suas instalações internas se assemelham muito mais a um hospital do que a uma instituição para crianças sadias. (BARBOSA, 2000).

Em nome da limpeza, da higiene e da ordem da sala, as paredes deixam de documentar e socializar a história dos sujeitos que habitam este espaço. Na instituição pesquisada, não foi

possível encontrar nenhum tipo de marca física que imprimisse a personalidade dos bebês que ali vivem.

As professoras, bem intencionadas, preparam painéis com flores e desenhos com traços infantis, mas não convidam as crianças para desenhar, imprimir marcas no espaço que também é delas. Sob a alegação de que “os bebês rasgam e sujam os painéis” tira-se a oportunidade do bebê “de ele mesmo se manifestar, colocando em seu lugar a interpretação do adulto sobre o que seria tal manifestação.” (LIMA, 1989, p. 63).

A instituição de educação infantil é um espaço concebido pelos adultos para uso das crianças, por isso, contém uma visão adulta sobre o que seriam as necessidades das crianças. (LIMA, 1989). Portanto, antes de ser um espaço de criança, é um espaço pensado para ela.

Na composição das salas dos bebês, podemos fazer uma análise do mobiliário. Os móveis da sala são: um armário verde com portas, onde as professoras guardam as tintas, papéis e outros “materiais pedagógicos.” Somente o adulto tem acesso a esse armário. Ao lado, há outro armário de ferro sem portas onde são guardados os travesseiros e cobertores dos bebês. Ainda temos uma mesa grande, na altura dos adultos, improvisada como fraldário. A mesma mesa também é utilizada para alimentação das crianças. Todos os móveis estão encostados na parede. Há um vazio no espaço central da sala.

Não há mesas, nem cadeiras. No chão, constam quatro colchonetes grandes que são utilizados para dormir, tomar mamadeira e brincar. Assim como apontam Carvalho e Rubiano (1994), as salas das creches geralmente se apresentam vazias de mobiliários e equipamentos, com poucos objetos disponíveis para as crianças, especialmente as menores de três anos. Possivelmente, a falta de materiais e forma de organização dos móveis relaciona-se à concepção de que os bebês necessitam de um espaço amplo, aberto e vazio para desenvolver atividades corporais, físicas ou então, pela tentativa de diminuir possíveis riscos físicos aos bebês de se machucarem. (CARVALHO; RUBIANO, 1994, p. 112). No banheiro, a banheira e chuveiro foram substituídos por um tanque de lavar roupa. Os bebês tomam banho de pé não tendo lugar para se segurarem. O que causa uma grande sensação de insegurança.

Os brinquedos resumem-se a uma cesta de brinquedos sensório motor, duas motocas, um cavalo de balanço de plástico e uma pequena cabana. Esta cesta está sempre disposta da mesma maneira e contém sempre os mesmos objetos. As professoras reclamam da falta de brinquedos para os bebês, algumas vezes pedem doações ou trazem esses materiais de suas casas.

Barbosa (2000, p. 146), ao fazer uma análise dos pátios e muros nas instituições de educação infantil, diz que os materiais utilizados na construção do muro representam um tipo de relação das crianças com o mundo externo. Os muros de tijolos, por exemplo, impedem a visão e a relação com o espaço externo. Já as cercas de metal, “possibilitam uma relação de visibilidade, deixando um pouco mais próximos os dois universos já que as crianças podem olhar e se comunicar com o mundo de fora.”. Com relação ao pátio, a autora questiona:

A localização dos pátios também revela sua pedagogia. Localiza-se nos fundos, no meio ou atrás da área construída? Está dividido entre pátio dos pequenos e dos grandes? Existem ambientes diversificados para a exploração e a imaginação das crianças? Que tipos de paisagem estão presentes? Há elementos naturais, como área de gramado, de areia, de lajota, área com árvores, gramado, água etc. Que tipo de plantas e animais estão pelo pátio? Com que brinquedos se brinca no pátio? (BARBOSA, 2000, p. 146-147).

Na instituição observada, predomina no pátio externo um vazio. O pequeno gramado cercado por muros altos de concreto impossibilitam a visão e o contato das crianças com o mundo externo. A falta de brinquedos e elementos da natureza como árvores, areia e plantas dificultam a criação, diversão e ampliação do repertório dos bebês.

Enquanto expressão física, a creche pesquisada reflete a injusta estrutura social brasileira. Seus vazios, brancos e brancuras denunciam a carência significativa de mobiliários, equipamentos e brinquedos adequados para educar e cuidar de crianças pequenas; limitam práticas sociais, culturais, hábitos de alimentação, banho e higiene.

Acreditamos que tais materialidades e con(tra)dições revelam a precariedade deste espaço em particular e, sobretudo, a pouca visibilidade dessa discussão na organização de um currículo para e com bebês educação infantil. Frente à importância da creche para a constituição dos sujeitos, aposta-se no lugar crucial de estudos que apresentem outras perspectivas para o ser bebê e o estar na creche. Um desafio para a educação contemporânea...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem por tema a educação infantil, os espaços e as materialidades de uma sala para bebês.

Ao considerar que o espaço não é neutro, já que expõe idéias e externaliza mensagens, apresentou-se um conjunto de documentos legais e de discussões conceituais que abordam tal temática. O traçado arquitetônico, o mobiliário, os equipamentos projetam uma idéia de educação que corresponde aos padrões culturais e pedagógicos que as crianças internalizam e

aprendem ao longo do processo educativo. Assim, o prédio, o mobiliário e sua organização potencializam ou limitam a educação e cuidado dos bebês.

A partir de elementos de uma pesquisa de mestrado em educação, buscou-se sublinhar a fundamental importância da infraestrutura nas instituições de educação infantil. As crianças têm direito a um espaço físico adequado e de qualidade. Aspecto, infelizmente, ainda pouco garantido nos espaços e estudos sobre o tema. No âmbito da organização dos espaços a singularidade dos bebês ganha pouca visibilidade na ação docente, sendo muitas vezes secundarizada. Os espaços “dos bebês” são organizados, pensados, pelos e para os adultos, não considerando as múltiplas expressões e saberes infantis na organização do currículo para e com eles.

Considerando-se a não neutralidade dos objetos nos espaços, a presença ou ausência de determinados elementos e a forma como são organizados, estão sempre comunicando algo sobre e para as pessoas que ali convivem. Questiona-se: O que os bebês aprendem com esses espaços? O que esses espaços comunicam aos e sobre os sujeitos que ali vivem 12 horas por dia? Formas silenciosas de educar e cuidar na creche...

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, K. A. *O espaço da creche: que lugar é esse?* 2003. f. 138 Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BARBOSA, M. C. S. *Por amor e por força: rotinas na educação infantil.* 2000. f. 217 Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas., 2000.

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. Organização do espaço e do tempo na escola infantil. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. (org.). *Educação infantil: pra que te quero?* Porto Alegre: ArtMed, 2001. cap. 3, p. 67-79.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.* Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil.* Brasília: MEC/SEF, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.* Brasília: MEC/SEF, 1998b, 3 v.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 01, de 07 de abril de 1999*. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil. Brasília: Diário Oficial da União, 1999, Seção 1, p. 18.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Parecer nº 04, de 06 de setembro de 2000*. Parecer Normativo sobre as diretrizes operacionais para a Educação Infantil. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/pdf/PCB004v03.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução n. 01, de 07 de abril de 1999*. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 09 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 14.

BRASIL. *Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil*: Encarte 1. Brasília: MEC, SEB, 2006b.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Básica. *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*. 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009.

CARVALHO, M. I. C.; RUBIANO, M. R. B. Organização do espaço em instituições pré-escolares. In: OLIVEIRA, Z. M. R. (org.). *Educação infantil: muitos olhares*. São Paulo: Cortez, 1994. cap. 4, p. 107-130.

FERREIRA, A. B. de H. *Miniaurélio: o mini dicionário da língua Portuguesa*. 7. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

GUIMARÃES, D. de O.; LEITE, M. I. A *Pedagogia dos pequenos*: uma contribuição dos autores italianos. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 22 (GT 07, Educação de crianças de 0 a 6 anos) 1999, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 1999.

GANDINI, L. Espaços educacionais e envolvimento pessoal. In: EDWARDS, C. P. *As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância*. Porto Alegre: Artmed, 1999. cap. 3, p. 95-111.

KRAMER, S. O papel social da educação infantil. *Textos do Brasil*, Brasília, n. 7, p. 45-49, 2000.

LIMA, M. S. *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel Livraria, 1981. 102 p.

SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

TUAN, Y. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

Recebido em junho de 2016.

Aprovado em dezembro de 2016.